

“Não queremos fantasias, queremos que coisas concretas aconteçam.”
Alberto Goldman, governador de São Paulo, sobre o trem-bala



Há 30 anos no Jornal de Brasília

Quinta-feira, 31 de julho de 1980

Primeira página

O Comando de Caça aos Comunistas redigiu uma carta ameaçando explodir uma livraria no RS por vender obras comunistas.

O que foi notícia

A jornalista Sirene Lima informou à Divisão de Ordem Social quem a estava ameaçando por vender conteúdo alternativo.

EDITORIAL

As eleições que se aproximam

Estamos a praticamente dois meses das eleições gerais que deverão definir não apenas o futuro presidente da República, mas também governadores, vices e parlamentares. As candidaturas já estão devidamente registradas. Para que se complete o quadro eleitoral falta apenas dirimir as dúvidas ainda persistentes sobre a elegibilidade de muitos dos inscritos. Caberá à Justiça Eleitoral decidir quais, entre os candidatos, chegarão às urnas.

Compreende-se que, dado o grande número de processos de impugnação abertos pelo Ministério Público e também por outros inte-

ressados, ainda decorra algum tempo até que se concluam os julgamentos. No entanto, o próprio eleitorado precisa das informações básicas. Precisa saber se existem condições reais para votar neste ou naquele candidato.

As eleições ocorrerão em quadro marcado por nova e importante medida, a lei dos fichas limpas, esperança dos eleitores impacientados por sucessivos escândalos. É uma realidade que a Justiça Eleitoral não pode menosprezar, exercendo com rigor a prerrogativa de interpretar a lei e de optar pelo seu entendimento no sentido mais amplo, como quer a voz do povo.

ARTIGO

Expansão do eleitorado

● **Mauro Benevides**

Jornalista e deputado federal pelo PMDB do Ceará

Alcançando o expressivo patamar de quase 136 milhões, o eleitorado brasileiro cresceu apenas 4%, de 2006 até hoje, com diminuição na faixa dos votantes jovens, situados a menor em 4%. Nenhuma justificativa plausível explica o dado decepcionante, a não ser que se credite a defasagem a um relativo descaso pelas disputas políticas, o que passa a gerar preocupação entre os dirigentes responsáveis por essas agremiações partidárias.

No ensejo do debate constituinte, o Senador Afonso Arinos – com sua experiência quase octogenária – defendeu o decréscimo da idade da inscrição de 18 para 16 anos, admitindo que a presença da mocidade se tornaria sobremodo estimulante, numa época caracterizada pelo reencontro do Brasil com o Estado Democrático de Direito.

A análise, porém, da evolução de dados pela Justiça Eleitoral, aponta para a necessidade de as facções intensificarem a convocação dos novos habilitados a fim de que participem do processo de fortalecimento das instituições republicanas.



O surgimento da Ala Jovem em todas as legendas não parece ter sido um estímulo suficientemente capaz de empolgar a massa dos captáveis, tornando frustrante a estatística exposta pelo próprio Órgão sob o comando do Ministro Ricardo Lewandowski.

Não é de crer-se que haja desinteresse em tal segmento etário para a devida habilitação, simplesmente como eleitor, nas campanhas levadas a termo, a cada biênio.

A renovação de quadros é imperiosa para que se assegure a soma da experiência de muitos com o entusiasmo dos que se dispõem a influir na escolha dos nossos representantes.

Tudo isso passa a ser um desafio intransferível aos que se propuseram a dirigir os gêmios partidários, cujas fileiras devem ser abertas às novas gerações, aptas a colaborar com o processo oxigenador que modernize o trabalho das forças partidárias da política nacional.

A prédica de Arinos, há um vicênio, necessita ser lembrada como um mecanismo persuasivo para propiciar a inserção maciça das vertentes eleitorais jovens.

Mas somente em 2012 é que se poderá corrigir essa anomalia, dentro de esforço a ser empreendido pelas vinte e sete legendas inscritas na Justiça Especializada.

EM DEBATE

Deveríamos aproveitar seu desgaste para fechar de vez a Câmara Legislativa?

SIM

● **Gilberto Amaral**

Jornalista

Antes da eleição da Câmara Legislativa, quem cuidava dos problemas do Distrito Federal era uma comissão especial do Senado. Foi presidida durante anos pelo senador Mauro Benevides e simplesmente resolvia todos os problemas de Brasília. A Câmara Legislativa não apenas deixa de resolvê-los como presta só para distribuir títulos de cidadão honorário. Penso que, nisso como em quase tudo que dissesse respeito à capital que construiu, quem estava com a razão era o presidente Juscelino Kubitschek. Ele nunca pensou em dar autonomia institucional para o Distrito Federal. Sua intenção era que o território fosse administrado por um prefeito, nomeado livremente pelo presidente da República. Foi o que fez ele próprio, escolhendo alguém de sua integral confiança, Israel Pinheiro, seu braço direito na construção.

A verdade é que o Distrito Federal não tem tradição política e, por isso mesmo, suas eleições transformaram-se em refúgio fácil para arrivistas de todo gênero. Como inexistem núcleos políticos estruturados, o eleitorado vira presa fácil de defensores de interesses segmentados. A maioria dos deputados distritais se compõe de representantes de interesses corporativistas. Como a Lei Orgânica concede-lhes poderes muito antes, essa falta de raízes abre caminho para transformar a Câmara em um balcão de negócios. Sei que resposta posso ouvir: a de que só se aprende a fazer política justamente fazendo política. Não parece ser verdade para o Distrito Federal.

NÃO

● **Chico Vigilante**

Ex-deputado e ex-presidente regional do PT

Há uma confusão entre a necessidade de produzir uma limpeza ética na Câmara Legislativa e a ideia absurda de abrir mão da autonomia política do Distrito Federal, uma decorrência óbvia do fechamento daquela casa legislativa. A Câmara tem sim os seus pecados. Mas, para redimi-los, é preciso votar com consciência, com os olhos no passado e no presente do candidato. Quem duvida, deve fazer um esforço de pesquisa e rememorar os dias de chumbo, quando as capitais não podiam escolher seus prefeitos, escolher o governador do Estado ou eleger o presidente da República. Tudo acontecia de acordo com a conveniência de ditadores fardados.

Aqueles dias ficaram para trás graças à força dos brasileiros que foram às ruas exigir a volta da liberdade política. A democracia chegou com suas imperfeições, sei disso, mas mostrou uma visão diferente daquela produzida dentro das casernas e imposta aos brasileiros. O povo aprendeu a dirigir seus destinos e escolher seus representantes. Brasília, a reboque da história recente do País, também aprendeu a apontar, pelo voto, os seus rumos. A Câmara Legislativa é como os primeiros ventos da democracia: ainda tem muito a ser aperfeiçoado. Para isso, o melhor caminho é qualificar o voto e expurgar os maus políticos que rondam a cena local. O período eleitoral é uma ótima oportunidade de exorcizar a Câmara e transformá-la de Casa do Espanto em uma casa cidadã que trabalha em prol de Brasília e de todos os brasilienses. Basta votar certo.